

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

texto, o classismo e o racismo podem ser tão relevantes quanto o sexismo na vida das mulheres.

Em momentos de crise, as mulheres trabalhadoras e em situação de pobreza encontram-se especialmente vulneráveis. As empresas, por exemplo, tendem a despedir as mulheres com base no preconceito de que o homem é o provedor da família. As trabalhadoras domésticas podem perder o trabalho em função da crise que afeta as famílias empregadoras. Possíveis alternativas passam pela criação de redes de solidariedade entre mulheres e homens da mesma classe social e, quando possível, entre mulheres de diferentes classes sociais.

Cecília MacDowell Santos

Sindicalismo

O sindicalismo foi o principal movimento social da sociedade industrial, nascido das ações de resistência da classe trabalhadora (embora com raízes no corporativismo medieval). As contradições do capitalismo não podiam oferecer melhor terreno para o florescer das lutas sociais: de um lado, o rápido crescimento económico com o rápido enriquecimento da burguesia; do outro, as condições miseráveis das classes trabalhadoras, a fome, a doença e o desemprego (a “questão social”). Foi a conflitualidade social promovida por associações e sindicatos que veio a impor todo um leque de conquistas civilizacionais traduzidas mais tarde no “direito do trabalho” a partir de finais do século XIX e no Estado-Providência do século XX.

Em Portugal, os sindicatos foram fundamentais na organização da classe operária e nas lutas sociopolíticas de finais do século XIX até 1926, mas foram sempre objeto de forte repressão e controlo por parte do Estado. Porém, mesmo o sindicalismo corporativo do Estado Novo não impediu o trabalho clandestino de ativistas e militantes (em especial os comunistas) na defesa dos trabalhadores. Só após o 25 de Abril de 1974 o campo sindical atingiu o seu apogeu, tendo porém, caído de imediato numa nova cisão, resultante da rivalidade política entre o PCP e o PS, que permanece até hoje com a divisão entre as duas confederações sindicais: a CGTP e a UGT.

Nas últimas décadas, o sindicalismo português, além de permanecer dividido, institucionalizou-se e em boa medida burocratizou-se, sendo incapaz de se renovar e de inovar a sua prática e o seu discurso. As novas gerações de trabalhadores, em especial os setores mais precários, afastaram-se

do campo sindical e desconfiam das suas propostas. Enquanto os novos movimentos e o novo “precariado” se manifestam e se indignam recorrendo aos novos meios e redes do ciberespaço, o sindicalismo revela-se impotente para lidar com esses novos segmentos da força de trabalho, para se aliar a eles ou para se renovar a partir das novas modalidades de ativismo que tais movimentos estão a afirmar no espaço público e mediático.

Elísio Estanque

Soberania

Soberania, no sentido clássico do conceito, significa o exercício pleno de autoridade dentro de fronteiras e a inexistência de uma autoridade superior no plano externo, afirmando uma distinção clara entre ordem interna e ordem internacional. O debate em torno do conceito tem revelado a tensão entre uma leitura moderna, que permanece focalizada no poder do Estado e num entendimento marcadamente territorial do conceito, e uma leitura pós-moderna, de cariz normativo, que, face a dinâmicas transnacionais e à existência de novos atores com autoridade reconhecida – incluindo organizações não-governamentais, organizações internacionais, ou empresas multinacionais –, desafiam as leituras tradicionais do conceito.

A globalização enquanto fenómeno que implica dinâmicas a diferentes níveis que ultrapassam a capacidade e os limites territoriais do Estado, e a evolução que se verificou ao nível de princípios internacionais, como a intervenção humanitária e a responsabilidade de proteger, ilustram o dinamismo inerente ao sistema internacional que inviabiliza um entendimento estático de soberania. A crise financeira e a sua dimensão transnacional, a par da interdependência económica e política que lhe estão associadas, vêm acrescer à necessidade de reconceptualizar a soberania para além do quadro estatal.

No atual contexto europeu, as incoerências associadas a um entendimento estatocêntrico de soberania têm sido reveladas num quadro onde valores de solidariedade e interdependência têm dado lugar ao que já foi apelidado de “hipocrisia organizada”, como está evidenciado no caso da Grécia. Uma soberania que poderá tornar-se cada vez menos democrática nas periferias dos sistemas de decisão. Assim, está na ordem do dia repensar a soberania para além da territorialidade, do poder exclusivo e da indivisibilidade da autoridade, em novos quadros referenciais que tenham presente